



MAGISTÉRIO

Ana Lúcia solicita intervenção do MP para assegurar salários

Prefeitos de 13 municípios sergipanos já iniciaram o ano de 2013, com uma dívida em aberto junto aos professores das redes municipais de Aquidabã, Arauá, Canhoba, Capela, Cedro de São João, Ilha das Flores, Lagarto, Moita Bonita, Pedrinhas, Propriá, Riachão, Salgado e Simão Dias. É o que aponta um estudo realizado pelo Sindicato dos Trabalhadores da Rede Básica Oficial do Estado de Sergipe (SINTESE), finalizado em 20 de janeiro de 2014. A situação é diversa em cada um dos municípios, mas na maior parte deles, os trabalhadores da educação estão com atrasos referentes ao rendimento de um ou mais meses, ao retroativo do piso salarial e/ou a benefícios como o 13º e 1/6 ferial.

No uso de suas atribuições de parlamentar e no sentido de cobrar a aplicação da Lei 11.738, que regulamenta o piso salarial profissional dos professores, a deputada estadual Ana Lúcia encaminhou, na segunda-feira (27), ofícios para as prefeituras de todos os municípios em que há algum tipo de irregularidade na política salarial do magistério solicitando o pagamento dos salários atrasados dos professores das redes municipais. A deputada também solicitou a intervenção do Ministério Público, a fim de garantir o restabelecimento do pagamento dos salários atrasados dos profissionais da educação dos 13 municípios.

Munidos do argumento falso de que não podem ultrapassar os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal, os prefeitos destes municípios

negaram aos trabalhadores da educação um direito garantido e regulamentado pela Lei 11.738. Os gestores chegaram a se reunir, no último dia 16 de janeiro, para debater os impactos do pagamento do reajuste do piso salarial do magistério em 2014, fixado em 8,32% pelo Ministério da Educação (MEC).

Para Ana Lúcia, o argumento de que os municípios atingiram o limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal é incipiente. "A dificuldade financeira da prefeitura não pode significar o prejuízo do funcionário público. O não pagamento do piso por parte das prefeituras é, na verdade, fruto da fragilidade das políticas fiscal e educacional destes municípios, situação que se repete em várias cidades sergipanas e brasileiras", defende.

Confira abaixo o diagnóstico dos municípios que estão devendo aos professores, de acordo com estudo realizado pelo SINTESE.

• Aquidabã

Os professores de Aquidabã estão com os salários atrasados e sem receber seus rendimentos referentes aos meses de novembro e dezembro de 2012 e o 13º salário de 2012 e 2013. Eles também não receberam 1/3 e 1/6 ferias referentes aos anos de 2012 e 2013, nem retroativo do piso salarial de 2013.

• Arauá

Os educadores de Arauá estão sem receber seus rendimentos referentes aos retroativos do piso salarial de 2011, 2012 e 2013, bem como 1/6 ferial de 2013.